



Novos Cadernos NAEA

v. 26, n. 1 • jan-abr. 2023 • ISSN 1516-6481/2179-7536



***WELCOME TO BRAZILIAN
OVERTOURISM: A RETOMADA
DA SATURAÇÃO E DA
IRRESPONSABILIDADE EM DESTINOS
TURÍSTICOS BRASILEIROS***

**WELCOME TO BRAZILIAN OVERTOURISM:
THE RESUMPTION OF SATURATION AND
IRRESPONSIBILITY IN BRAZILIAN TOURIST
DESTINATIONS**

João Paulo Faria Tasso



Universidade de Brasília (UnB)

André Riani Costa Perinotto



Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Mozart Fazito Rezende Filho



Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO

O objetivo do estudo é apresentar narrativas concretas que demonstram a eminente necessidade de aprofundar o debate sobre o *overtourism* no Brasil e sobre as estratégias governamentais de retomada (irresponsável) do turismo (saturado) em destinos brasileiros, com vistas a contribuir com o processo de formulação de políticas públicas nacionais pautadas em pressupostos éticos, e direcionadas ao bem comum e a sustentabilidade. Realizou-se uma pesquisa exploratória, a partir de entrevistas com 30 pesquisadores de notório saber no campo do Turismo. Resultados indicaram que, ainda que em fase embrionária, o *overtourism* já é uma realidade em muitos destinos do Brasil. Nota-se a falta de balanceamento nas estratégias políticas de desenvolvimento turístico, que pouco se preocupam com a contenção e avaliação dos níveis de saturação dos fluxos e suas conseqüentes perturbações, e que tomam como solução irrevogável para as mazelas da pandemia a retomada imediata da visitação nos moldes tradicionais e históricos.

Palavras-chave: Overtourism. Políticas Públicas de Turismo. Bem Comum. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The objective of the study is to present concrete narratives which demonstrate the imminent need to deepen the debate on overtourism in Brazil and on government strategies for (irresponsible) resumption of (saturated) tourism in Brazilian destinations, with a view to contributing to the formulation process of national public policies guided by ethical assumptions, and directed to the common good and sustainability. Exploratory research was carried out, based on interviews with 30 researchers of notorious knowledge in the field of Tourism. Results indicated that, although in an embryonic stage, overtourism is already a reality in many destinations in Brazil. There is a lack of balance in the political strategies of tourist development, which are little concerned with the containment and evaluation of the saturation levels of flows (and their consequent disturbances), and which take as an irrevocable solution, for the ills of the pandemic, the immediate resumption of visitation in the traditional and historical molds.

Keywords: Overtourism. Public Tourism Policies. Common Good. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil já tem turistas demais. Certamente, uma afirmação como esta despertaria máximo desconforto – para não dizer ojeriza – em toda a comunidade turística, desde empresários e gestores públicos, até a própria sociedade civil. Promover qualquer discussão minimamente distanciada da atual retórica “retomada imediata do turismo, da economia e dos empregos!” parece se configurar como uma afronta de natureza político-econômica, diante dos reflexos nefastos da pandemia da Covid-19.

É inegável reconhecer a notória contribuição do turismo como um instrumento de geração de empregos, diretos e indiretos, e de divisas. Num momento em que as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) quanto ao desemprego no país até 2025 são de taxas acima de 10% (FMI, 2021), renegar a retomada imediata do turismo parece confrontar com o clamor social por ações de mitigação da desocupação e da pobreza.

Da mesma forma, promulgar a recuperação de fluxos turísticos, nacionais e internacionais, como estratégia intocável de retomada do setor para atenuar o colapso socioeconômico recentemente instaurado é, seguramente, uma decisão governamental que não se atenta a uma série de peculiaridades capazes de contestar a eficácia dessa medida, no que diz respeito ao bem comum e à sustentabilidade.

As narrativas e as reflexões estimuladas pelo presente artigo buscam problematizar algo, até então, escamoteado e relativizado no contexto brasileiro de planejamento e de definição de políticas públicas no campo do turismo: qual o real propósito em se promover o turismo num território? Trata-se de uma pergunta fundamental – para não dizer “crucial” –, diante das prementes necessidades públicas de respostas às mazelas socioeconômicas acarretadas pelo cenário catastrófico global de pandemia.

Por tantos anos, os Planos Nacionais de Turismo (PNTs) brasileiros têm expressado, como propósitos centrais do setor, três metas auspiciosas: ampliar a entrada anual de turistas estrangeiros no país; aumentar o número de empregos no setor; e dilatar a economia, pelas receitas geradas pelos visitantes (BRASIL, 2018).

Todavia, os resultados históricos de políticas públicas de turismo – não apenas no Brasil –, centradas nessas finalidades, têm suscitado uma série de questionamentos sobre o modelo de promoção e de desenvolvimento do turismo que está posto na contemporaneidade.

A Nova Zelândia, por exemplo, em meio à pandemia, anunciou a necessidade de adaptação do modelo turístico até então adotado pelo país, reconhecendo a pressão indevida do setor sobre as comunidades locais e sobre os atrativos naturais, gerando um cenário insustentável na ilha: “Não podemos voltar ao que existia antes do Covid-19”, afirmou Stuart Nash, Ministro do Turismo (NOSSA UOL, 2021, p. 01).

A verdade é que o desejo pelo retorno de um cenário turístico dito “normal”, nada mais é do que um grave equívoco ou uma aspiração irresponsável (BENJAMIN; DILLETTE; ALDERMAN, 2020). O Turismo tem normalizado uma série de desigualdades sistêmicas que vêm contribuindo com dilemas do setor e de situações em que se encontram as comunidades (HIGGINS-DESBIOLLES, 2010).

Os inúmeros distúrbios (sociais, econômicos, culturais e ambientais) tão comuns em destinos turísticos globais caracterizados pelos elevados níveis de visitação e saturação (*overtourism*), já se manifestam, de forma embrionária, em diversas regiões brasileiras.

Fernando de Noronha (PE), por exemplo, atestou, antes do início do período pandêmico, fluxos de visitantes muito maiores do que a sua capacidade. Em 2018, a região recebeu 541,9 mil pessoas, índice nitidamente superior ao limite de 89,8 mil visitantes ao ano, estabelecido pelo Plano de Manejo do Parque. Em períodos de alta temporada, a ilha recebeu, ao dia, até 1,2 mil visitantes (REDAÇÃO ESTADÃO, 2019).

O resultado? Desafios escancarados na ilha: apenas 50% das residências de Noronha têm coleta de esgoto; água potável disponível apenas do dessalinizador local ou da chuva (o que demonstra a constante necessidade de racionamento); obras autorizadas pelo Estado, que não seguem as normas do Plano de Manejo; sobrecarga no sistema de abastecimento de energia; redução da biodiversidade e extinção de espécies; dentre outros (COELHO, 2019).

É nesse momento de crise severa que se abre espaço para uma imprescindível ressignificação do Turismo e de seus reais propósitos, reconhecendo a sua complexidade e a necessidade de uma análise crítica e sistêmica. Mas, principalmente, para uma inevitável reconfiguração das políticas públicas e das premissas e prioridades que as regem, evitando a retomada, no pós-pandemia, de um modelo tradicional e inconsequente, pautado em fluxos saturados e irresponsáveis, como acontece pelo *overtourism*.

O objetivo do presente artigo é apresentar narrativas concretas, que demonstram a eminente necessidade de aprofundar o debate sobre o *overtourism* no Brasil e sobre as estratégias governamentais de promoção e de retomada (irresponsável) do turismo (saturado) em destinos brasileiros, com vistas a contribuir com o processo de formulação de políticas públicas nacionais pautadas em pressupostos éticos, e direcionadas ao bem comum e a sustentabilidade.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Como o enfoque central do estudo encontra-se nas ciências sociais, e os dados levantados e analisados percorrem por um universo de fenômenos, processos e significados, para além da mera operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001), definiu-se pela aplicação da análise qualitativa. Permite-se, a partir dela, o aprofundamento e melhor compreensão sobre as relações humanas, sobre um grupo social, uma instituição ou organização, aspectos que, dificilmente, seriam possíveis captar por métodos estatísticos preocupados com alguma representatividade numérica do grupo pesquisado (GOLDENBERG, 2011).

Diante do objetivo de abrir um espaço de reflexão crítica sobre o modelo governamental de retomada do turismo em destinos brasileiros e, a partir daí, contribuir para o processo de formulação de políticas públicas éticas e mais sustentáveis, explorando em profundidade o objeto, explicitando-o e construindo hipóteses, reconhece-se o estudo como de natureza “aplicada” e de caráter “exploratório” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; GIL, 2008).

As etapas percorridas no processo de investigação são apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Objetivos e métodos

Objetivo específico	Método
Identificar as consequências negativas e multidimensionais acarretadas pelo avanço de práticas do <i>overtourism</i> (ou outras com características tangentes), anteriores ao período pandêmico.	Levantamento de publicações, nacionais e internacionais, em sites oficiais.

Reconhecer iniciativas governamentais voltadas à mitigação dos efeitos socioeconômicos devastadores resultantes da Covid-19, e estratégias de retomada imediata do turismo no Brasil, assim como movimentos populares contrários ao incentivo de retorno à normalidade dos fluxos.	Levantamento de notícias oficiais, em mídia eletrônica.
Mapeamento do estado da arte quanto aos conceitos centrais que norteiam a pesquisa: turismo e <i>overtourism</i> , políticas públicas, ética, externalidades e bem comum.	Revisão de Literatura, por meio de bases de periódicos, nacionais e internacionais, como SciELO e Periódicos Capes.
Reconhecer narrativas concretas que demonstrem a ampla necessidade de se ampliar os debates sobre <i>overtourism</i> no Brasil.	Realização de 30 (trinta) entrevistas estruturadas, procedidas de forma remota (online), com pesquisadores brasileiros de notório saber ¹ no campo do Turismo, representantes das seguintes instituições de ensino superior: USP, UFMA, UFPR, UFOP, UFSC, UFBA, UECE, IFB, UFF, FATEC-SP, UEA, UNIP, UERJ, UFPI, UFPE, UFPA, UnB e UFRN.
Trazer à tona o debate que se desdobra sobre a crítica ao modelo vigente de fomento ao turismo no Brasil, e sobre o questionamento quanto a quais devem ser as reais finalidades em se promover o desenvolvimento turístico em um território.	Sistematização, análise e reflexão crítica, a partir dos dados obtidos.

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

3 CONCEITOS CENTRAIS

Refletir criticamente sobre políticas públicas – como ações ou inações de intervenção do governo (DYE, 1992) – pressupõe compreender, antes de tudo, aspectos fundamentais que tangenciam o seu processo de formulação.

O primeiro aspecto se refere ao contexto sociopolítico e ideológico vigente (HOGWOOD; GUNN, 1984; HALL; JENKINS, 1995), que implica diretamente na escolha deliberada entre alternativas (HALL; JENKINS, 2004). O segundo, é o alvo do direcionamento dos benefícios e dos principais resultados dessa política. Para garantir que ela seja concebida dentro de

¹ Cada respondente foi elencado diante de sua expressiva experiência acadêmica e vivência regional à frente de pesquisas e/ou de projetos em turismo.

uma proposta verdadeiramente “pública” é imprescindível que o conteúdo que versará sobre as linhas centrais de intervenção e de desenvolvimento da política deva ser submetido ao debate público, como forma de reproduzir fielmente as reais expectativas da sociedade, ou, do contrário, se configurarão apenas como políticas “governamentais” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). Diante disso, deve-se prevalecer a busca pela garantia dos direitos de cidadania, voltando-se ao atendimento das demandas de setores marginalizados e vulneráveis da sociedade (TEIXEIRA, 2002).

O terceiro aspecto diz respeito aos mecanismos utilizados para concepção de sua proposta de intervenção. A abertura de espaços de diálogo, o estímulo e a mobilização popular, e a conscientização sociopolítica, que garantam efetivamente a legitimação da participação dos diversos segmentos da sociedade nos processos decisórios, tornam-se indispensáveis quando se vislumbra não apenas a democratização do “acesso” (pelo usufruto dos bens), como também da “gestão” (pela definição coletiva da distribuição dos bens) (GASTAL; MOESCH, 2007).

Por fim, o processo de estruturação de uma política pública perpassa, sem dúvida, pelas concepções teóricas em que se baseiam as suas proposições. É nesse momento que tomadas de decisão pautadas em fundamentações estereotipadas, ou mesmo enviesadas por interesses próprios de uma classe dominante, podem gerar uma série de consequências prejudiciais e nocivas – e até mesmo irreversíveis – a todo o contexto territorial atingido.

O campo de estudo e de reflexão epistemológica do turismo torna-se, nesse sentido, a espinha dorsal imprescindível a todo processo de formulação de políticas públicas que pretenda estar alicerçado em bases sólidas de pensamento crítico, capazes de problematizar e de questionar, por exemplo, qual a real finalidade de se promover o turismo num território.

Compreender o turismo em sua complexidade pressupõe uma visão holística, que o conceba como um fenômeno sistêmico (MOLINA, 1998; BENI, 2003), dinâmico, multisetorial e multidimensional, caracterizado pela transversalidade e pela interdisciplinaridade (BENI, 2020). E que seja capaz de quebrar com o tratamento reducionista, linear e cartesiano, que o isola ao enquadrá-lo unicamente como uma atividade econômica (MOESCH, 2004).

Todavia, o discurso hegemônico e global que pressupõe propósitos pautados no pragmatismo econômico – e fielmente reproduzidos historicamente nos Planos Nacionais de Turismo no Brasil – reverbera estratégias de planejamento e de fomento ao turismo que reforçam, sempre, três frentes de resultados ideais tratados pelo *establishment* como

metas inquestionáveis e irrevogáveis: o crescimento ilimitado do fluxo turístico; a ampliação das receitas geradas; e o aumento vultoso no número de empregos (BRASIL, 2018).

Mas qual o equívoco nessa proposta? Conceber como finalidade maior do turismo a geração de empregos e ampliação de divisas, por meio de incentivo à retomada dos fluxos massivos, em meio a um cenário de catástrofe pandêmica global que desencadeou filas em massa de desempregados e falência de inúmeras empresas do setor, parece ser a opção óbvia.

O desejo incessante de “voltar ao normal” por uma grande parcela da comunidade turística brasileira, tal como se apresentava o setor no período pré-pandemia, entretanto, cabe questionamentos.

Fomentar empregos quando não há, na mesma proporção, medidas rígidas de fiscalização sobre o cumprimento de direitos trabalhistas, de combate aos subempregos e de incentivo à inclusão socioproductiva? Estimular o aumento dos gastos de visitantes, quando se admite não haver distribuição equilibrada das receitas entre os atores da comunidade anfitriã, acarretando exclusão e pobreza? Incentivar a ampliação de fluxos massivos, sem considerar a necessidade primária de infraestrutura básica e de manutenção e conservação de áreas protegidas? Induzir a visitação a destinos turísticos consolidados que têm se deparado com distúrbios (culturais, ambientais, econômicos) ascendentes, sem promover com o mesmo vigor destinos alternativos, como forma de descentralizar o foco? (TASSO; MOESCH; NÓBREGA, 2021).

Estas e outras perguntas contribuem no sentido de se repensar as políticas públicas de turismo para além de uma narrativa produtivista, que restringe as suas preocupações à uma dimensão econômica de progresso, sem se atentar a preceitos e pressupostos éticos.

Tratada como o campo da “filosofia moral”, a ética se dedica à reflexão sobre o comportamento humano, sobre o processo de adoção de condutas (antes, durante e depois) por indivíduos evoluídos, ao ponto em que haja a devida análise crítica quanto ao dimensionamento das consequências de seus atos primários (BOFF, 2003). Por se tratar de um saber normativo (CORTINA; ORTS; NAVARRO, 1996), a ética busca proporcionar bases orientativas às ações humanas, mediante valores, caráter, coerência e, principalmente, prudência (*phrónesis*) nas decisões, para que elas não provoquem prejuízos aos congêneres (BOFF, 2003).

A ética entende que toda racionalidade prática de um indivíduo é orientada para uma finalidade (*teleologia*), em que há um propósito maior

ambicionado para além das riquezas. Trata-se de uma finalidade suprema (“*summum bonum*”): a felicidade (ARISTÓTELES, 1991).

Ter como propósito a conquista do “sumo bem”, do bem-estar da alma (*eudaimonía*), da plenitude do ser, só é possível ao homem pois apenas ele é dotado de razão, de sensibilidade e de vontade, que lhe permite agir (SCHIO, 2009). No entanto, é necessário a esse mesmo homem compreender a necessidade de libertação de paixões pessoais e egoísticas impostas pela razão, em favor do equilíbrio da totalidade social (PLATÃO, 2012), afirmando a vontade de perseverar na existência, um esforço de autopreservação (*conatus*) (SPINOZA, 2009), entendendo que a felicidade individual do sujeito está indissociável do âmbito coletivo (*pólis*). Ou seja, a conquista do “bem supremo” não se dá no isolamento e nem na tirania, e sim na conciliação entre o bem individual com o bem coletivo (NOVAES, 2002), o bem comum.

A noção de bem comum está atrelada como o bem máximo de cada ser humano, devidamente integrado com o bem máximo, possível e real, de todos os outros. Na política, como um fundamento metafísico que nasce da necessidade de cada indivíduo por bens que não pode, por si só, adquirir (PEREIRA, 2011).

Reflexões críticas sobre o bem comum percorrem por décadas de estudos e análises, as quais apontam: tragédias decorrentes da adoção da racionalidade individual pelo uso indiscriminado de recursos comuns finitos (HARDIN, 1968); possibilidades de estruturação de um sistema policêntrico e auto-organizado de governança do bem comum, a partir de arranjos institucionais coletivos (OSTROM, 1990); formas criativas de uso dos poderes do trabalho coletivo para o bem comum (HARVEY, 2011), dentre outros.

Talvez seja esse o principal desafio contemporâneo no processo de formulação de políticas públicas no campo do turismo: reincorporar a ética e o bem comum às premissas e às proposições que direcionam as suas intervenções. No entanto, diante do avanço exponencial da vacinação em diversos países e da estagnação econômica global, tem-se reconhecido a adoção de uma série de medidas políticas dissociadas dos pressupostos ético e do bem comum. Tratam-se de iniciativas que resgatam a histórica proposta econômico-produtivista orientada, antes de mais nada, ao encorajamento na retomada imediata dos fluxos turísticos massivos.

Sabe-se, todavia, que medidas governamentais imediatistas, imprudentes e irresponsáveis, sem o devido planejamento prévio e participativo em que se considere o contexto histórico e a complexidade da região, restringidas ao entusiasmo econômico pela saturação no número de

visitantes, têm provocado a manifestação de consequências desastrosas e, muitas delas irreversíveis, nos territórios visitados. Tal processo, que ganhou notoriedade e recorrência nas discussões no campo do turismo nas últimas décadas, é conhecido por “*overtourism*” (BENI, 2020; SERAPHIN; SHEERAN; PILATO, 2018; CHEUNG; LI, 2019).

Os estudos sobre *overtourism* datam do início da década de 1990 na Europa (BOISSEVAIN, 1996), quando os movimentos sociais começaram a alertar sobre os problemas acarretados pelo desenvolvimento turístico de forma massificada, gerando diversos prejuízos estruturais e à qualidade de vida das comunidades anfitriãs. A partir de 2015, novos estudos (COLOMB; NOVY, 2016; MILANO; NOVELLI; CHEER, 2019a; MILANO; CHEER; NOVELLI, 2019) demonstraram que tais efeitos se espalhavam em nível global.

A prática do *overtourism* tem feito com que a qualidade de vida dos residentes e a qualidade da experiência turística sejam, ambas, deterioradas de forma inaceitável, o que, para os anfitriões, tornou-se objeto claro e legítimo para manifestações contrárias ao excedente incontrolável no fluxo de visitantes em suas áreas (GOODWIN, 2017). Diversos destinos têm ligado sinais de alerta, seja por movimentos locais calcados na “turismofobia” (MARTINS, 2018; MILANO; NOVELLI; CHEER, 2019b) – aversão e medo de turistas –, ou mesmo pelo reconhecimento de projeções de futuros cenários conflituosos que podem envolver efeitos adversos sobre os recursos naturais, infraestrutura, congestionamento e prejuízos para a mobilidade urbana, bem como o impacto sociocultural (UNWTO, 2019).

Os impactos identificados, a partir desse modelo saturado de visitação, foram inúmeros e variados: perturbação sobre o meio ambiente atingido; problemas no abastecimento de água; crises na rede de esgoto e de energia elétrica; saturação das capacidades de carga psicológica ou social (LIU, 2003), incluindo a construção do medo do crime (COUTINHO; NÓBREGA; FAZITO, 2020); ampla disposição de resíduos e lixo nos principais pontos de visitação; explosão populacional e favelização; aumento nos processos de gentrificação (BATALLER; BOTELHO, 2012); tráfego intenso nas linhas de acesso aos destinos e próximos aos pontos turísticos; devastação de áreas protegidas e ameaça à biodiversidade; processos de desenraizamento cultural e comoditização; empregos com baixo valor agregado, muitos análogos à escravidão; movimentos de “neocolonialismo” por empresas multinacionais; exploração sexual de crianças e adolescentes e prostituição; urbanização de áreas rurais e modificação massiva da paisagem original; dentre vários outros (IRVING; RODRIGUES; RABINOVICI; COSTA, 2015; HALL, 2001; HUNTER, 2002; IRVING; BURSZTYN; SANCHO; MELO, 2005).

O Brasil tem acompanhado o pragmatismo na publicização de iniciativas governamentais de incentivo à imediata retomada do setor. Nada mais justo, se considerarmos que os impactos supracitados e as externalidades negativas - consequências sistêmicas e não consentidas por terceiros (CORNES; SANDLER, 2003; MEADE, 1979) – decorrentes de fluxos turísticos em massa e saturação de destinos, não são uma realidade do contexto brasileiro. Será mesmo?

Os custos associados de uma externalidade negativa podem ser verificados quando: (a) um agente desenvolve uma atividade que provoca a perda do bem-estar de outro agente; (b) não há uma compensação pela perda deste bem-estar (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). Justamente, são esses custos (perda do bem-estar e ausência da devida compensação), atrelados aos impactos de um “processo-modelo” de incentivo governamental à ampliação (desordenada e irresponsável) da visitação, que serão analisados no tópico seguinte.

4 ESTRATÉGIAS POLÍTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Repensar as propostas e as estratégias políticas nacionais de retomada do turismo parece ser, nesse momento de caos pandêmico, inevitável e prudente. Inevitável, diante das máximas históricas registradas nas taxas de desemprego que, no 1º trimestre de 2021, atingiram 14,7%, em que 2,4 milhões de desempregados foram acrescentados em apenas um ano, chegando a um total de 14,8 milhões de desocupados (IBGE, 2021). E prudente, ao se reconhecer índices alarmantes como os registrados pelo Boletim Epidemiológico Especial da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, em que atestaram, até 08 de março de 2022, quase 30 milhões de infectados pelo Coronavírus e mais de 652 mil óbitos confirmados (CORONAVÍRUS BRASIL, 2022).

É certo que com o avanço no número de vacinados pelo mundo – ultrapassando 63% da população global que recebeu ao menos uma dose da vacina da Covid-19 (GCDL, 2022) – e com as inúmeras manifestações do setor produtivo clamando pela volta das atividades do setor, inicia-se um movimento, como já esperado, de reabertura das fronteiras e de lançamento de propostas direcionadas à aceleração da retomada do turismo.

A própria Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2020) lançou as “Diretrizes globais para a retomada do turismo”, cujas prioridades

destacadas perpassam pela proteção dos empregos, recuperação da confiança (protocolos e procedimentos), responsabilidade na abertura das fronteiras, novas tecnologias, inovação e sustentabilidade.

Uma das iniciativas da União Europeia, por exemplo, tem sido a adoção do “Certificado COVID Digital” (EUROPEAN COMMISSION, 2021), plataforma pensada como forma de verificação das condições de saúde do indivíduo. A criação de selos, que atestam o cumprimento dos protocolos de segurança e de higiene, é outra iniciativa comum a muitos países: *Clean & Safe* (Portugal); *Safe Travel* (México); *Responsible Tourism* (Espanha); *Safe Tourism Certification* (Turquia); *Aruba Health & Happiness Code* (Aruba); e até o *Turismo Responsável – Limpo e Seguro* (Brasil). A corrida contra o tempo parece evidente.

Entretanto, alguns países vêm seguindo por caminhos contrários. Não apenas pela precaução quanto ao surgimento de novas cepas, como as variantes Delta e Ômicron, mas pelo necessário exercício de repensar os seus modelos tradicionais de fomento do turismo, centrados no estímulo à ampliação (descontrolada) dos fluxos. A Nova Zelândia é um exemplo claro. Tido como modelo de sucesso no combate ao Coronavírus, o país reconheceu - ainda antes do período de pandemia - a pressão insustentável do turismo massificado sobre os atrativos naturais e sobre as comunidades locais. Diante disso, sinalizou por mudanças drásticas nas estratégias de se fomentar o setor turístico na ilha, impondo restrições a visitantes, mantendo as fronteiras fechadas e apontando como improvável a retomada para antes de 2022 (NOSSA UOL, 2021).

A percepção pública quanto à necessidade de adoção da prudência e da responsabilidade, como aspectos fundamentais nas propostas políticas de retomada do turismo, tem se manifestado vigorosamente por meio de acentuados protestos populares de oposição ao retorno dos fluxos saturados. Em junho de 2021, a cidade de Veneza – emblemática no campo de estudo sobre o *overtourism* – voltou a receber navios de cruzeiro, provocando uma série de (novas) manifestações contrárias, apoiadas em discursos de que o trânsito na navegação ameaça o frágil ecossistema da laguna, geram grandes ondas que danificam imóveis da cidade (patrimônio mundial da humanidade – Unesco), sem falar na notória atribulação dos modos de vida locais (AFP, 2021).

Nesse sentido, várias ações de contenção dos efeitos negativos de um modelo de turismo saturado têm sido implementadas no mundo, como em: Londres e Amsterdã, com aplicativos que indicam aglomerações em

pontos turísticos (WASSAL, 2021); Dubrovnik, com limitação no número de desembarques de cruzeiros e visitas à cidade em períodos de baixa temporada (FERREIRA, 2020); Veneza, pela criação de taxas de visitação e catracas em regiões determinadas (BRITO, 2020); Lisboa, pelo controle de inscrições de alojamento em bairros e projetos urbanísticos (CAMPOS, 2020); Madri, Barcelona, Bruxelas, Paris, Cracóvia, Amsterdã, Viena e Reikjavik, com restrições à atuação do Airbnb (FERRER, 2018); Praga, pela regulamentação de imóveis de temporada e redução/proibição de negócios turísticos fora da cultura local (CAMPOS, 2020); Machu Picchu, pela restrição ao número de visitantes e divisão de horários de entrada no território (FERREIRA, 2020; BRITO, 2020); dentre outros.

Movimentos dessa natureza retomam um contexto histórico, pré-pandêmico, em que se fortalecia o debate sobre as consequências nefastas da promoção do *overtourism* pelo mundo. Na época, o processo de desconstrução da retórica produtivista do setor do turismo avançou, ao serem publicizados dados e novos discursos – muitos deles escamoteados pela grande mídia – que evidenciavam a emergência de se repensar o modelo vigente.

Em Barcelona, evidenciou-se a superlotação de espaços públicos, processos crescentes de gentrificação, carência de espaços habitacionais para aluguel e aumento substancial no valor dos poucos disponíveis, propagação do vandalismo e de comportamentos desrespeitosos por visitantes, aumento exponencial de preços de produtos em restaurantes e mercados, e geração de protestos e manifestações populares locais “anti-turistas” (DAZ, 2019).

Cancún tem reconhecido a produção alarmante de dejetos contaminantes, progressivo déficit de serviços básicos, depredação e irreversibilidade da saúde de ecossistemas naturais, criação de bolsões de marginalização e de vulnerabilidade social, ampliação da especulação imobiliária em áreas de reserva, dentre outros (CÓRDOBA Y ORDÓNEZ; FUENTES, 2003).

Exemplos, como estes, não faltam: Veneza², Roma, Florença, Brecia e Cinque Terre (Itália); Machu Picchu (Perú); Paris (França); Santorini e Mykonos (Grécia); Londres (Reino Unido), Bangkok, Praia de Maya Bay e Ilhas Koh Khai (Tailândia); Nova York, San Francisco, Arlington e Horseshoe Bend/Arizona (EUA); Dubrovnik (Croácia); Maldivas (Ásia); Berlim (Alemanha); Istambul

² Como exemplo vide o movimento chamando de “*Venexodus*”, que representa o êxodo de venezianos sufocados por turistas.

(Turquia); Amsterdam (Holanda); Galápagos (Equador); Girona e Palma de Maiorca (Espanha); Thimphu (Butão); Cidade do México (México); Xangai, Pequim e Hong Kong (China); Ilha Jeju (Coreia do Sul); Monte Everest (Nepal); Ilha de Skye (Escócia); Caño Cristales (Colômbia); Safaris (Botswana); Ilha de Boracay (Filipinas); Bamaco (Mali); Hanoi (Vietnã); Bali (Indonésia); Taj Mahal (Índia); Angkor Wat (Camboja).

Engana-se pensar que o Brasil não componha este “seleto” grupo de nações, cujas manifestações de perturbações, acarretadas pelo avanço do turismo de forma saturada, são tão evidentes em regiões de notório apreço por visitantes. De acordo com Pinto (2019, p. 01):

A distância dos números latino-americanos, em termos de números absolutos de visitação, em relação aos números Europeus e Asiáticos, pode camuflar a América Latina das discussões globais a respeito do overturismo. Mesmo sem o volume de visitantes de outros continentes, nossos atrativos culturais e naturais podem sim estar enfrentando o overturismo – de formas ainda mais impactantes e, em muitas vezes, irreversíveis. [...] Da perspectiva dos impactos e do que é considerado tolerável tanto pelos recursos culturais e naturais, quanto pelas comunidades nos destinos turísticos do nosso continente, temos claro que o tema ‘overturismo’ na América Latina é sim emergente.

No período pré-pandemia revelava-se, em diversos destinos nacionais, um conjunto de crescentes desarranjos socioeconômicos e de desequilíbrios socioambientais na condução do turismo, principalmente em regiões litorâneas com maior fluxo, a exemplo de Ilhabela (SP). A multiplicação exponencial de visitantes em períodos de feriado (verão, réveillon e carnaval, principalmente), engarrafamentos, blecautes de energia, falta de água e de insumos alimentares nos supermercados, e poluição das praias, são características presentes (STEINBERG, 2017).

Outros exemplos (identificados pelas entrevistas): Fernando de Noronha (PE); Porto de Galinhas e Olinda (PE); Salvador e Porto Seguro/Trancoso (BA); Tibau do Sul/Pipa (RN); Florianópolis e Bombinhas (SC); Rio de Janeiro, Arraial do Cabo, Paraty e Ilha Grande (RJ); Jijoca de Jericoacoara (CE); Gramado e Canela (RS); Tiradentes (MG); Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião, Santos, Guarujá, São Vicente, Bertioga, Praia Grande (SP).

Certamente, transformações são inevitáveis em qualquer território turístico. Porém, os níveis de resiliência dos ecossistemas e de tolerância e de aceitação às mudanças – por parte dos afetados – é o que determina a base de sustentação do *overtourism*. Mecanismos de monitoramento

e de avaliação da tolerância aos impactos e às externalidades – como o método *limits of acceptable change* - LAC (GOODWIN, 2019) –, geradas pelo estímulo à ampliação dos fluxos de visitantes, são imprescindíveis quando se adota um discurso de sustentabilidade atrelado às propostas políticas de desenvolvimento local a partir do turismo.

Mas como o Brasil vem dimensionando, monitorando e, efetivamente, gerenciando os limites aceitáveis? Quais têm sido as estratégias políticas de contenção dessas consequências negativas decorrentes da saturação de visitas em destinos consolidados?

A verdade é que, mesmo antes do surgimento do caos pandêmico no Brasil e de seus resultados devastadores, o governo federal tem centrado as suas ações na ampliação dos fluxos turísticos internacionais. O Decreto nº 9.731/2019 estabeleceu a isenção de vistos para cidadãos dos EUA, Canadá, Austrália e Japão, e posteriormente para China, Qatar e Índia, o que gerou uma expectativa de aumento para 12 milhões de visitantes até 2022 (BRASIL, 2019).

Com o advento da pandemia e do cenário de estagnação econômica, foram apresentadas diversas iniciativas governamentais, tais como: MP nº 936/2020 – Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BRASIL, 2020a); Campanha “Cão cancele, remarque!” (BRASIL, 2020b); MP nº 948/2020 – desobrigação das empresas em reembolsarem, de imediato, valores pagos pelo consumidor por serviços, reservas e eventos (BRASIL, 2020c); MP nº 963/2020 – abertura de crédito extraordinário de R\$5 bilhões, via Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), destinado a prestadores de serviços cadastrados (BRASIL, 2020d); Selo “Turismo Responsável: Limpo e Seguro” – certificação de boas práticas de biossegurança e de atendimento aos protocolos orientados pelo Ministério da Saúde, Anvisa e MTur, por parte de estabelecimentos do setor; Aliança Nacional “Retomada do Turismo” – ato normativo reunindo representações do poder público, terceiro setor, iniciativa privada e Sistema S (BRASIL, 2021a); Campanha “Viaje com responsabilidade. Redescubra o Brasil” – visando a contenção dos prejuízos econômicos e aceleração da retomada da atividade (BRASIL, 2021b).

Há que se notar, no entanto, que nenhuma medida governamental esteve alicerçada em propostas atreladas a repensar o modelo de desenvolvimento nacional vigente e a ressignificar o turismo frente às múltiplas perturbações previamente reconhecidas nos diversos territórios.

Pelo contrário. Campanhas publicitárias conseguiram reforçar o retórico desejo político de cumprimento das metas estritamente econômicas,

a partir do incentivo à retomada dos fluxos turísticos, e camuflar a necessidade de planejamento prévio e de adoção de instrumentos de dimensionamento e de avaliação das consequências socioambientais dessas ações.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As entrevistas realizadas junto a pesquisadores brasileiros de notório saber no campo do turismo revelaram posicionamentos representados por duas ramificações de narrativas, comuns à notória maioria dos respondentes. O questionamento sobre evidências do *overtourism* em destinos turísticos brasileiros apontou para alegações dicotômicas.

A primeira, de que seria precipitado dizer que o turismo no Brasil vem reproduzindo, na mesma proporção e intensidade, impactos negativos como aqueles retratados pela saturação de visitas em destinos globais. Em sua maioria, esses têm sido revelados localmente, pontualmente, por conta de fluxos flutuantes-temporários, em períodos específicos, principalmente de alta temporada (natal, réveillon, férias escolares, dias santos e feriados) ou de realização de grandes eventos (carnaval, festas, shows e datas comemorativas).

A segunda, de que ainda que em fase embrionária, o *overtourism* vem se manifestando paulatinamente em diversas regiões brasileiras, que já reconhecem fluxos crescentes e, pela ausência de planejamento territorial responsável, acabam colapsando e não sendo capazes de controlar os processos saturados de visita e o surgimento de múltiplos problemas locais. Nesse sentido, a preocupação com o desenvolvimento gradativo do *overtourism* torna-se, então, objeto fundamental de debate pelas políticas públicas (nacionais, regionais e locais) futuras.

Entre os entrevistados que reconhecem o avanço de práticas saturadas de turismo, foram citados exemplos de regiões e de destinos turísticos brasileiros que, segundo eles, assim como Fernando de Noronha (PE), vêm enfrentando uma série de perturbações decorrentes de fluxos desordenados para além de suas capacidades de absorção:

- Região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA):

O Maranhão ainda possui fluxo tímido, se comparado a outros destinos brasileiros, mas, certamente, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses já se depara com o “overturismo” em determinados momentos do ano. Caso do povoado de Atins, que fica na zona de amortecimento do Parque, em Barreirinhas, cujo avanço da construção

de equipamentos foi considerável nos últimos anos, acompanhando o aumento da demanda. O resultado é a produção de lixo além do que o local comporta, a poluição dos ecossistemas e a perturbação do *modus vivendi*. Com relação à sede de Barreirinhas, comprova-se a poluição e o assoreamento de rios e córregos, erosão de dunas, desmatamento para construção de equipamentos turísticos e para instalação de condomínios, etc. Em Santo Amaro, há uma preocupação sobre os caminhos futuros a serem adotados, pois se observa similar processo de exploração do turismo local, com gravidade maior neste município, dada a sua sede encontrar-se muita próxima ao campo de dunas. Especulação imobiliária, construções irregulares, poluição já são comuns na localidade. Esta situação foi agravada pela inauguração recente de uma BR que facilitou acesso ao local (informação verbal)³.

- Região do Parque Nacional de Jericoacoara (CE):

O overturismo vem se destacando na Vila de Jericoacoara, agravado pela inauguração de um aeroporto em Jijoca, com voos comerciais regulares. Na opinião dos empresários locais, Jeri não conhece mais períodos de baixa estação, pois os fluxos são muito regulares, incrementados a partir dos esforços promocionais e da elitização do destino. Assim, o custo de vida local é insustentável aos trabalhadores assalariados do Turismo, ressaltando-se, ainda, a construção de edificações e adensamento urbano, geração de lixo, como alguns dos efeitos negativos do excesso de visitação (informação verbal)⁴.

- Municípios de Natal e de Tibau do Sul/Pipa (RN):

O Turismo já é muito impactante, principalmente no ambiente natural. Na Praia da Pipa, em Tibau do Sul, o *overtourism* inflacionou os preços de moradia e de produtos de necessidade básica, expulsando os habitantes originais. Nossas pesquisas demonstram que na rua principal de Pipa há apenas uma casa de moradores originais, que viviam ali antes do turismo (informação verbal)⁵.

- Municípios de Porto Seguro, Morro de São Paulo e outros destinos do Estado (BA):

Gostaria de citar o município de Porto Seguro (BA) como um caso de *overtourism*, cujas externalidades negativas já se sobrepõem às positivas. Limitando a análise à região central do município, [...] onde estão o centro histórico, as principais praias e as comunidades

³ Informação concedida por representante da UFMA, docente do Curso de Turismo, em 26 maio 2020.

⁴ Informação concedida por representante da UFMA, docente do Curso de Turismo, em 26 maio 2020.

⁵ Informação concedida por representante da UFRN, docente do Curso de Turismo, em 05 junho 2020.

indígenas pataxós, [...] há potencial gigantesco de se tornar um grande espaço especial, tanto para os residentes quanto para quem visita. Contudo, está atualmente tudo em desordem. As praias ostentam barracas com som alto e grande movimento de pessoas, que geram muito lixo, e não há sinais de cuidados com a gestão dos resíduos sólidos, e ofuscam a beleza do espaço costeiro e o barulho das ondas do mar. Os indígenas, que outrora foram os donos da terra e da dinâmica cultural, atualmente são vistos apegados a vendedores de artesanatos baratos e realizadores de pequenas demonstrações culturais, que mais se parecem a montagens artificializadas do que a trocas culturais. O centro histórico, que deveria ser local especial, e até cerimonial, considerando seu valor histórico único, está desordenado e não equiparado ao imenso patrimônio que representa (informação verbal)⁶.

Na Bahia há convergências para um *overtourism* pontual, como no carnaval de Salvador e praias do litoral norte como Arembepe, Jauá e outras, no verão, e em outros pontos um overtourismo velado, como Morro de São Paulo, Itacaré, e trilhas na Chapada Diamantina, em feriados prolongados. [...] Como atividades negativas o excesso de resíduos sólidos, o mal-estar da população local, e veranistas em tensão com turistas - especialmente de fim de semana -, e a frequente falta de água e queda de energia e de internet. Não há suporte para tanta gente, e há relatos de acidentes em trilhas. Além do abandono da agricultura e da pequena criação, por parte de antigos agricultores, agora pousadeiros e condutores. E no carnaval de Salvador a poluição visual, e verdadeira invasão de camarotes, e os casos de violência nos circuitos de rua (informação verbal)⁷.

- Município de Tiradentes (MG):

O centro histórico, patrimônio nacional, foi praticamente ocupado por estrangeiros e nacionais de grandes capitais brasileiras - Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília -, que implantaram restaurantes, bares, hotéis etc., para atender a grande demanda auferida pela representatividade colonial do pequeno sítio. Dentro os principais impactos, já apontei em pesquisa desenvolvida há 12 anos passados: saída da população original, grande especulação imobiliária, desqualificação da vida cotidiana para os residentes e, sobretudo, o que denominei no estudo “banalização pela cenarização progressiva do patrimônio”. Considero, hoje, o caso de Tiradentes um dos mais graves de riscos gerados pelo *overtourism* em cidades coloniais brasileiras (informação verbal)⁸.

⁶ Informação concedida por representante da Embratur, diretora de marketing, em 04 maio 2020.

⁷ Informação concedida por representante da UFBA, pesquisador convidado, 12 maio 2020.

⁸ Informação concedida por representante da UnB, docente do Curso de Geografia, 01 maio 2020.

• Municípios de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e Bento Gonçalves (RS):

Na região da Serra Gaúcha nós temos o emblemático turismo de eventos, nas cidades de Gramado e Canela. Entre o mês de outubro a janeiro tudo fica caótico, devido à falta de controle sobre o uso dos espaços e a mobilidade. Falta água, excesso de lixo, filas quilométricas para almoçar, preços elevados e total saturação dos serviços e equipamentos. Não existe planos de mitigação nem de sustentabilidade. Já estão expulsando investidores. Aos moradores resta uma cidade com alto custo de vida e disputa pelos serviços (informação verbal)⁹.

Conheço bem a Serra Gaúcha. Região das Hortênsias e Uva e Vinho. Gramado, na alta temporada, torna-se intransitável, ao mesmo tempo em que consolida um modelo nefasto de Turismo, jogando a população local e os trabalhadores do Turismo para as favelas, na medida em que o eixo central imobiliário do circuito turístico se valoriza. Gera-se muito trabalho temporário em Gramado, Canela, Nova Petrópolis, que somente dura na alta temporada. Não há garantias, direitos trabalhistas etc. Bento Gonçalves, na Uva e Vinho, os impactos maiores são ambientais, pelo lixo e barulho. Como o Turismo se ancora numa atividade industrial produtiva, que no caso é o vinho e a enogastronomia, em geral os empregos são mantidos durante todo o ano, porque os trabalhadores do Turismo vão pra colheita e fazem outros processos ao longo do ano, na baixa temporada. No entanto, a falta de controle, de limites, gera estresse na região, psicológico de quem trabalha, muito lixo é gerado, muitos carros geram poluição, barulho e engarrafamentos (informação verbal)¹⁰.

• Região do Litoral de São Paulo (SP):

Em algumas cidades próximas, como no litoral de São Paulo, o Turismo certamente atinge a condição de *overtourism*. No entanto, é importante ressaltar que essa condição é atingida apenas em poucos momentos ao longo do ano. Talvez apenas no feriado de Ano Novo e no Carnaval. Em algumas festas públicas também pode-se falar em *overtourism* (informação verbal)¹¹.

Outros exemplos também foram citados pelos entrevistados, com destaque para: Florianópolis, Bombinhas, Blumenau e Balneário Camboriú (SC); Paraty e Rio de Janeiro (RJ); Campos do Jordão (SP); Ipojuca/Porto de

⁹ Informação concedida por representante da UnB, docente do Curso de Turismo, 05 maio 2020.

¹⁰ Informação concedida por representante da UFPR, docente do Curso de Turismo, 29 abril 2020.

¹¹ Informação concedida por representante da USP, docente do Curso de Turismo, 30 abril 2020.

Galinhas e Olinda (PE); Fortaleza (CE); Caldas Novas e Pirenópolis (GO); Ouro Preto e Lima Duarte/Ibitipoca (MG); Paranaguá/Ilha do Mel, Balneário de Matinhos, Caiobá e Guaratuba (PR).

O cenário de saturação e de desordem, supracitado, corrobora com as manifestações destacadas pelos debates no campo do *overtourism* (NOVELLI, CHEER, 2019b; GOODWIN, 2017). Distúrbios e ameaças, revelados pelos entrevistados da pesquisa, apesar de radicalmente transformados no momento pandemia, ao contrário do que se pensa, não tardaram a se reestabelecer. Mesmo em período crítico da pandemia, revelado por taxas crescentes de contaminação e de óbitos pelo Coronavírus, e diante de tantas restrições sanitárias impostas e medidas de isolamento, tem sido inúmeros os casos de aglomerações em regiões brasileiras.

Manifestações populares, contrárias à retomada dos fluxos turísticos historicamente saturados em seus territórios, têm sido recorrentes, principalmente no período pandêmico. Protestos, reclamações e denúncias realizadas por moradores vêm sendo reconhecidos em: Santana do Riacho/Serra do Cipó-MG (O TEMPO, 2020); Jalapão-TO (GAZETA DO CERRADO, 2020); Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás-GO (CORREIO BRAZILIENSE, 2020); Gramado-RS (ECKER, 2020); Florianópolis-SC (REDAÇÃO BDF, 2021); municípios da Bahia (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2020); Fernando de Noronha-PE (G1 FERNANDO DE NORONHA, 2018); Ubatuba e São Sebastião-SP (BLOG RICARDO ANTUNES, 2021; YAHOO! NOTÍCIAS, 2021; LEIAJA NACIONAL, 2020).

Protestos populares somados às evidências apontadas pelos pesquisadores entrevistados denotam a emergência de uma estrutura de planejamento turístico e territorial que, efetivamente, seja conduzida por elementos e valores fundamentais, tais como a sustentabilidade, equidade, ética, inclusão e justiça social, responsabilidade, participação e resiliência (considerando que o turismo sofreu um período de estagnação com a pandemia da Covid-19) (BENJAMIN; DILLETTE; ALDERMAN, 2020; GÖSSLING; SCOTT; HALL, 2020).

Certamente, há muito o que se avaliar nos processos de planejamento da retomada efetiva do turismo no território brasileiro. Desmascarar cenários controversos, em que o estímulo à expansão massiva das taxas de visitação é acompanhado, simetricamente, de consequências devastadoras para os recursos naturais e da deterioração da qualidade de vida das comunidades locais, é um primeiro compromisso para o desenvolvimento sustentável dos destinos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A asfixia econômica, a explosão no número de desempregados e a crise empresarial do setor, acarretados pelo advento da pandemia do Coronavírus, trouxeram, por consequência, o imediatismo da retomada de um modelo de desenvolvimento turístico arcaico quanto ao que se espera nos campos da ética e da sustentabilidade.

Reassume-se uma proposta estritamente economicista, dissociada da necessidade primária de adoção da prudência (com os recursos ecossistêmicos), da evidente demanda por distribuição equitativa dos benefícios e de cumprimento dos direitos trabalhistas, do estímulo e efetivação da participação múltipla e diversa de atores locais nos processos decisórios, do entendimento profundo sobre as externalidades acarretadas por ações que não reconheçam a complexidade de um fenômeno sistêmico, e do propósito maior do Turismo: o bem comum.

Enquanto as políticas públicas brasileiras no campo do Turismo estiverem alicerçadas no pragmatismo do progresso econômico, distúrbios e ameaças de ordem multidimensional permanecerão em ascensão nos territórios onde as práticas turísticas se desenvolvem. As narrativas e as evidências apresentados pelos resultados da pesquisa, demonstram a irresponsabilidade nos processos de retomada e a ausência de estruturas de planejamento pautados em diagnósticos prévios, críticos e participativos, sobre o contexto territorial.

Diante da biodiversidade singular de seus recursos e da multiculturalidade de seu povo, o Brasil possui as características de maior atratividade para o desenvolvimento humano por meio do Turismo. Para tanto, faz-se necessário:

- reconhecer e ampliar os debates e as pesquisas sobre o cenário embrionário do *overtourism* no país, visando identificar impactos/externalidades negativas;
- incorporar pressupostos fundamentais (ética, bem comum e sustentabilidade) às diretrizes, princípios e proposições das políticas públicas de fomento ao turismo;
- instituir medidas rígidas de fiscalização sobre o cumprimento dos direitos trabalhistas e de repressão às práticas de serviços análogos à escravidão;
- estimular e fortalecer iniciativas alternativas ao modelo vigente (saturado, excludente e devastador), como o Turismo de Base Comunitária;

- fomentar novos destinos, como estratégia de pulverização dos fluxos massivos e de ampliação das oportunidades de trabalho, emprego e renda para outras regiões;

- abrir espaços democráticos de diálogo com representantes dos grupos sociais locais, em especial os historicamente excluídos e marginalizados dos debates públicos, como parte de um diagnóstico crítico e reflexivo prévio sobre o território;

- criar e operacionalizar instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação das práticas de visitação e lazer, principalmente em áreas protegidas;

- contribuir com aprimoramentos emergenciais no que se refere à tecnologia e à infraestrutura básica de atendimento às comunidades locais;

- adotar como propósito político o desenvolvimento humano e sustentável, pela melhoria da qualidade de vida dos residentes e prudência com recursos ecossistêmicos.

Seguramente, as políticas públicas nacionais no campo do Turismo carecem de novos olhares, mais críticos e aprofundados, em seus processos de formulação, de implantação e de avaliação. Talvez o momento calamitoso da pandemia do Coronavírus, em que as práticas turísticas foram interrompidas, possa se tornar um marco histórico em que o fenômeno turístico no Brasil pôde ser ressignificado e os caminhos para o desenvolvimento dos territórios redefinidos.

REFERÊNCIAS

AFP. Com volta do turismo, manifestantes protestam contra retorno de cruzeiros em Veneza. **Bol Notícias**, São Paulo, 05 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2021/06/05/com-volta-do-turismo-manifestantes-protestam-contra-retorno-de-cruzeiros-em-veneza.htm>.

Acesso em: 14 maio 2022.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*: livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BATALLER, M. A. S.; BOTELHO, M. L. O estudo da gentrificação. **Continents**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-37, 2012.

BENI, M. C. Como certificar o turismo sustentável? **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 5-16, 2003.

BENI, M. C. Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 1-8, 2020.

BENJAMIN, S.; DILLETTE, A.; ALDERMAN, D. H. We can't return to normal": committing to tourism equity in the post-pandemic age. **Tourism Geographies**, [s. l.], p. 476-483, 2020.

BLOG RICARDO ANTUNES. **Moradores de Ubatuba (SP) queimam pneus para impedir a entrada de turistas**. Disponível em: <https://ricardoantunes.com.br/moradores-de-ubatuba-sp-queimam-pneus-para-impedir-a-entrada-de-turistas/>. Acesso em: 30 mar 2021.

BOFF, L. **Ética y moral: la búsqueda de los fundamentos**. Bilbao: Editorial Sal Terrae, 2003.

BOISSEVAIN, J. (Ed.). **Coping with tourists: European reactions to mass tourism**. Providence, RI: Berghahn Books, 1996. v. 1.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Brasil anuncia fim dos vistos para Estados Unidos, Austrália, Canadá e Japão. **Ministério do Turismo**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12514-brasil-anuncia-fim-dos-vistos-para-turistas-dos-estados-unidos,-austr%C3%A1lia,-canad%C3%A1-e-jap%C3%A3o.html>. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2020a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Não cancele, remarque. **Ministério do Turismo**, Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/nao-cancela-remarque>. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 948, de 8 de abril de 2020**. Dispõe sobre o cancelamento de serviços [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2020c]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv948.htm. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 963, de 7 de maio de 2020**. Abre crédito extraordinário [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2020d]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv963.htm. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Retomada do Turismo: conheça as medidas para a retomada do turismo. **Retomada do Turismo**, Brasília, DF, 2021a. Disponível em: <https://retomada.turismo.gov.br/>. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. MTur destina meio milhão de reais para apoiar promoção de destinos turísticos no Pará. **Ministério do Turismo**, Brasília, DF, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mtur-destina-meio-milhao-de-reais-para-apoiar-promocao-de-destinos-turisticos-no-para>. Acesso em: 14 maio 2022.

BRITO, J. Overtourism: como destinos e viajantes têm buscado soluções para uma indústria mais sustentável. **Mercado & Eventos**, [s. l.], 22 jan. 2020. Curiosidades/Destinos. Disponível em: https://www.mercadoeventos.com.br/_destaque_/slideshow/overtourism-como-destinos-e-viajantes-tem-buscado-solucoes-para-uma-industria-mais-sustentavel/. Acesso em: 14 maio 2022.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAMPOS, M. Moradores de destinos turísticos superlotados têm respiro durante pandemia. **UOL**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2020/06/17/moradores-de-destinos-turisticos-superlotados-tem-respiro-durante-pandemia.htm>. Acesso em: 14 maio 2022.

CHEUNG, K. S.; LI, L. H. Understanding visitor–resident relations in overtourism: developing resilience for sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], vol. 01, no. 20, p. 1197-1216, 2019.

COELHO, T. Recorde de visitantes em Fernando de Noronha aumenta risco de impacto do turismo no meio ambiente. **G1**, Fernando de Noronha, 29 jan. 2019. Desafio Natureza. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/01/29/recorde-de-visitantes-em-fernando-de-noronha-aumenta-risco-de-impacto-do-turismo-no-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2022.

- COLOMB, C.; NOVY, J. (Ed.). **Protest and resistance in the tourist city**. London: Routledge, 2016.
- CÓRDOBA Y ORDÓÑEZ, J.; FUENTES, A. G. Turismo, globalización y medio ambiente en el Caribe mexicano. **Investigaciones Geográficas**, Ciudad de México, v. 52, p. 117-136. 2003.
- CORNES, R.; SANDLER, T. **The theory of externalities, public goods, and club goods**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CORONAVÍRUS BRASIL. Painel Coronavírus. **Coronavírus Brasil**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 14 maio 2022.
- CORREIO BRAZILIENSE. **Turismo em Pirenópolis e na Chapada: aglomeração e invasão de comunidade quilombola**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4873855-turismo-que-preocupa.html>. Acesso em: 10 out 2020.
- CORTINA, A.; ORTS, A.; NAVARRO, E. M. **Ética**. Madrid: Ediciones Akal, 1996.
- COUTINHO, A.; NÓBREGA, W. R. M.; FAZITO, M. Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 23, n. 3, p. 81-104, 2020.
- DAZ, A. L. Why Barcelona locals really hate tourists. **Independent**, London, 12 Aug. 2019. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/travel/news-and-advice/barcelona-locals-hate-tourists-why-reasons-spain-protests-arran-airbnb-locals-attacks-graffiti-a7883021.html>. Acesso em: 14 maio 2022.
- DYE, T. R. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1992.
- ECKER, A. Moradores de Gramado relatam qual o impacto das aglomerações na rotina de quem vive na cidade. **Pioneiro Geral**, Porto Alegre, 08 dez. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2020/12/moradores-de-gramado-relatam-qual-o-impacto-das-aglomeracoes-na-rotina-de-quem-vive-na-cidade-ckig3x9sq003v019wouk0y03g.html>. Acesso em: 14 maio 2022.
- EUROPEAN COMMISSION. EU Digital COVID Certificate. **European Commission**, [s. l.], 2021. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/coronavirus-response/safe-covid-19-vaccines-europeans/eu-digital-covid-certificate_en. Acesso em: 14 maio 2022.

FERREIRA, L. O que é overtourism: efeitos negativos do turismo de massa. **Janelas Abertas**, [s. l.], 11 maio 2020. Disponível em: <https://janelasabertas.com/2020/05/11/o-que-e-overtourism/>. Acesso em: 14 maio 2022.

FERRER, I. Cidades europeias saturadas de turistas se unem contra o Airbnb. **El País**, Amsterdã, 29 enero 2018. Economía. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/28/economia/1517154558_107147.html. Acesso em: 14 maio 2022.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). Taxa de desemprego no Brasil deve continuar em 2 dígitos até 2025. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 22 set. 2021. Economia. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/09/22/internas_economia,1308052/fmi-taxa-de-desemprego-no-brasil-deve-continuar-em-2-digitos-ate-2025.shtml. Acesso em: 14 maio 2022.

GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GAZETA DO CERRADO. **Quilombolas divulgam nota de repúdio contra reabertura do turismo n Jalapão e pedem intervenção do MPF**. Disponível em: <https://gacetadocerrado.com.br/quilombolas-divulgam-nota-de-repudio-contra-reabertura-do-turismo-no-jalapao-e-pedem-intervencao-do-mpf-noticias-do-tocantins/>. Acesso em: 10 jul 2020.

GCDL. Coronavirus (COVID-19) Vaccinations. **Global Change Data Lab**, [s. l.], 2022. Disponível em: https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=OWID_WRL. Acesso em: 14 maio 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOODWIN, H. The challenge of overtourism. **Harold Goodwin**, [s. l.], 2017. <https://haroldgoodwin.info/pubs/RTP'WP4Overtourism01'2017.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

GOODWIN, H. Limits of acceptable change. **Harold Goodwin**, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://responsibletourismpartnership.org/limits-of-acceptable-change/#:~:text=The%20Limits%20of%20Acceptable%20Change,constrained%20with%20in%20the%20LAC>. Acesso em: 14 maio 2022.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D.; HALL, C.M. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], vol. 29, no. 1, p.1-20, Apr. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Secretários de turismo de todo o País manifestam-se contra pronunciamento em carta à Presidência da República**. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/2020/03/1660/Secretarios-de-turismo-de-todo-oPais-manifestam-se-contrapronunciamento-em-carta-a-Presidencia-da-Republica.html>. Acesso em: 26 mar 2020.

G1 FERNANDO DE NORONHA. Comunidade de Fernando de Noronha reclama da infraestrutura da ilha. **G1 Pernambuco**, Recife, 05 jun. 2018. Blog Viver Noronha. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/blog/viver-noronha/post/2018/06/05/comunidade-de-fernando-de-noronha-reclama-da-infraestrutura-da-ilha.ghhtml>. Acesso em: 14 maio 2022.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, C. M.; JENKINS, J. M. **Tourism and public policy**. Northwestern University: Routledge, 1995.

HALL, C. M.; JENKINS, J. M. Tourism, politics and public policy. In: LEW, A. A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M. (Ed.). **A companion to tourism**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 525-540.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, [s. l.], vol. 162, p. 1243-1248, 1968.

HARVEY, D. The future of the commons. **Radical History Review**, [s. l.], vol. 109, p. 101-107, 2011.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. The elusiveness of sustainability in tourism: The culture-ideology of consumerism and its implications. **Tourism and Hospitality Research**, [s. l.], vol. 10, no. 2, p. 116-129, 2010.

HOGWOOD, B.; GUNN, L. **Policy analysis for the real world**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

HUNTER, C. Aspects of the sustainable tourism debate from a natural resources' perspective. In: HARRIS, R.; GRIFFIN, T.; WALL, G. (Ed.). **Sustainable tourism: a global perspective**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2002. p. 03-33.

IBGE. Desemprego fica estável em 14,2% no trimestre encerrado em janeiro. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30390-desemprego-fica-estavel-em-14-2-no-trimestreencerrado-em-janeiro>. Acesso em: 14 maio 2022.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 05, n. 04, p. 1-7, 2005.

IRVING, M. A.; RODRIGUES, C. G. O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. **Turismo, Áreas Protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015.

LEIAJA NACIONAL. **'Morte' surfa em Maresias alertando sobre aglomerações**. Disponível em: <https://www.leiaja.com/noticias/2020/09/17/morte-surfa-em-maresias-alertando-sobre-aglomeracoes/>. Acesso em: 17 set 2020.

LIU, Z. Sustainable tourism development: a critique. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], vol. 11, no. 06, p. 459-475, 2003.

MARTINS, M. Tourism planning and tourismphobia: an analysis of the strategic tourism plan of Barcelona 2010-2015. **Journal of Tourism, Heritage & Services Marketing**, [s. l.], vol. 04, no. 01, p. 3-7, 2018.

MEADE, J. E. **The theory of economic externalities: the control of environmental pollution and similar social costs**. Genève: Institut Universitaire de Hautes Etudes Internationales, 1979.

MILANO, C.; CHEER, J. M.; NOVELLI, M. **Overtourism: excesses, discontents and measures in travel and tourism**. Wallingford: CABI, 2019.

MILANO, C.; NOVELLI, M.; CHEER, J. M. Overtourism and degrowth: a social movements perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], vol. 27, no. 12, p. 1857-1875, 2019a.

MILANO, C.; NOVELLI, M.; CHEER, J. M. Overtourism and Tourismphobia: a journey through four decades of tourism development, planning and local concerns. **Tourism Planning & Development**, [s. l.], vol. 16, no. 04, p. 353-357, 2019b.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOESCH, M. M. **Epistemologia social do turismo**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOLINA, S. **Turismo y ecología**. Ciudad de México: Trillas, 1998.

NOSSA UOL. “Não podemos voltar ao turismo de antes”, diz ministro da Nova Zelândia. **UOL**, São Paulo, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2021/03/22/nao-podemos-voltar-ao-turismo-de-antes-diz-ministro-da-nova-zelandia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 14 maio 2022.

NOVAES, A. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

O TEMPO. **Moradores protestam contra volta do turismo na Serra do Cipó durante feriado**. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/moradores-protestam-contra-volta-do-turismo-na-serra-do-cipo-durante-feriado-1.2348073>. Acesso em: 11 jun 2020.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PEREIRA, A. **Da ontologia da “polis” em Platão**. Covilhã: LusoSofia Press, 2011.

PINTO, G. De qual overturismo estamos falando na América Latina? **WTM Global Hub**, [s. l.], 22 ago. 2019. Disponível em: <https://hub.wtm.com/pt/artigos/de-qual-overturismo-estamos-falando-na-america-latina/>. Acesso em: 14 maio 2022.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Edson Bini. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2012. p. 203-325.

REDAÇÃO BDF. Moradores de Imbituba (SC) denunciam aglomerações em praias da região. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/04/moradores-de-imbituba-sc-denunciam-aglomeracoes-em-praias-da-regiao>. Acesso em: 14 maio 2022.

REDAÇÃO ESTADÃO. Fernando de Noronha já tem turistas além da sua capacidade. **Estadão**, São Paulo, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,fernando-de-noronha-ja-tem-turistas-alem-da-sua-capacidade,70002923447>. Acesso em: 14 maio 2022.

SCHIO, S. M. Aristóteles e ação humana. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 1, p. 77-91, 2009.

SERAPHIN, H.; SHEERAN, P.; PILATO, M. Over-tourism and the fall of Venice as a destination. **Journal of Destination Marketing & Management**, [s. l.], vol. 09, p. 374-376, 2018.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

STEINBERG, F. Over-turismo: as cidades pedem socorro! **Fábio Steinberg**, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://turismoemcensura.com.br/over-turismo-cidades-pedem-socorro/>. Acesso em: 14 maio 2022.

TASSO, J. P. F.; MOESCH, M. M.; NÓBREGA, W. R. M. Reincorporação da ética às políticas públicas de turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 1, e2141, 2021.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Escola de Bicicleta**, [s. l.], 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

UNWTO. **'Overtourism'?** Understanding and managing urban tourism growth beyond perceptions. Madrid: World Tourism Organization, 2019.

UNWTO. **Global guidelines to restart tourism**. Madrid: World Tourism Organization, 2020.

WASSAL, A. As viagens no pós-pandemia da Covid-19. **COMCIÊNCIA**, [s. l.], 11 maio 2021. Disponível em: <https://www.comciencia.br/as-viagens-no-pos-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 14 maio 2022.

YAHOO! NOTÍCIAS. Turistas no litoral de SP são “receptionados” com fantasia de morte e pneus queimados. **Yahoo! Notícias**, São Paulo, 27 mar. 2021. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/turistas-litoral-sp-sao-receptionados-fantasia-morte-pneus-queimados-181515613.html>. Acesso em: 27 mar. 2021.

Submissão: 30/03/2022 • Aprovação: 09/03/2023